

## A SANTA CRUZ DO DESERTO: MEMÓRIAS DO CALDEIRÃO\*

*Francisco Régis Lopes Ramos\*\**

### *Introdução*

Conforme o jornal *Gazeta de Notícias* do dia 17 de setembro de 1936, a polícia do Ceará acabava de cumprir mais uma honrosa tarefa. Sob as ordens do Tenente Cordeiro Neto, um destacamento militar havia destruído “um grande núcleo de fanatismo em pleno Cariri”. Em nome do progresso e da civilização católica, o Estado – em acordo com a Igreja e alguns latifundiários – decidira que a melhor forma de evitar complicações futuras na terra do Pe. Cícero era dissolver o grupo de sertanejos que vivia no Caldeirão. Nas palavras da *Gazeta*, esse era “um fato digno de encômios e que diz bem ao carinho com que as nossas autoridades olham para os nossos sertões, numa obra de profilaxia social, capaz de garantir a ordem e o bem-estar das populações”.

Seguindo as orientações do Pe. Cícero, o Beato José Lourenço e seus seguidores foram para o Caldeirão em 1926. Com pouco tempo, transformaram o terreno em um espaço cheio de plantações. Ergueu-se, então, uma comunidade de devotos do Pe. Cícero que dividia o tempo entre o trabalho e a oração. O resultado da labuta diária era armazenado e, depois, distribuído conforme as necessidades de cada família. Nas suas

---

\* Este texto foi elaborado a partir de reflexões feitas na disciplina “Seminário de Pesquisa” do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP (doutorado), ministrada pela professora Yara Aun Khoury. Trata-se de uma abordagem que enfoca algumas questões que fazem parte da pesquisa “A Cidade do Centro: a construção do espaço sagrado em Juazeiro do Pe. Cícero”, orientada pela professora Maria Odila Leite da Silva Dias.

\*\* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, mestre em Sociologia (UFC) e doutorando em História Social (PUC-SP).

homilias, o Beato Lourenço ensinava que todos eram iguais – pois todos eram filhos de Deus – e que a caridade e a penitência construíam o caminho para o céu. O Caldeirão era uma Irmandade de Penitentes.

Quando aconteceu a operação militar de destruição, na madrugada do dia 15 de setembro de 1936, o Caldeirão possuía em torno de 1.000 almas. Para evitar um novo ajuntamento, os militares incendiaram todas as moradias. Sob a ameaça das baionetas, todos deveriam sair do Caldeirão, pois o governo não poderia permitir uma reunião de tanta gente. Nesse mesmo dia, ao cair da tarde, os seguidores do Beato ficaram encurralados em frente da Capela, esperando as ordens do Tenente e vendo, de longe, o fogo que consumia as casas. O grito de um velho sertanejo de barbas longas e meio calvo ecoou pelas quebradas da Serra do Araripe: “Vossa mercê é poderoso, mas acima de tudo, está o poder de Deus”.<sup>1</sup>

Muitos seguidores do Beato, depois da expulsão, ficaram sobrevivendo nas matas da Serra do Araripe. Em maio de 1937, houve um conflito entre um pequeno grupo de policiais comandados pelo destemido Cap. José Bezerra e alguns devotos, que (re)agiram sob as ordens do Beato Severino Tavares, um andarilho que pregava o evangelho pelos sertões e falava sobre Caldeirão. Logo depois, uma tropa de militares vasculhou os arredores do lugar, prendendo os que andavam com roupa preta (desde a morte do Pe. Cícero, em 1934, o costume no Caldeirão era vestir o luto). Muitos foram torturados e mortos.

Entre 1989 e 1992, conversei, em Juazeiro, com vários sobreviventes do Caldeirão, sobretudo com D. Maria de Maio, o Sr. João Silva, D. Marina Gurgel, e o Sr. Eleutério Tavares (atualmente apenas a D. Maria está viva). O primordial intuito do texto a seguir é pôr em foco algumas questões sobre as lembranças desses sertanejos do Caldeirão. Trata-se de uma abordagem que pretende desenvolver uma reflexão preliminar sobre as formas pelas quais esse passado ganha significado na voz dos depoentes.

---

1 Cf. Barros, J. G. de C. *A ordem dos penitentes*. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1937 (relatório oficial sobre a operação militar no Caldeirão, feito por um dos comandantes do destacamento, o Tenente Góes de Campos Barros, hoje General na reserva). Atualmente, o General Góes assegura que a operação foi um erro, dizendo que o Beato era “um exemplo de bom católico”. Declara que não pode dar um depoimento sobre o assunto para não comprometer seus amigos, os vivos e os mortos. O depoimento do General Cordeiro Neto, gravado em 1990, segue outra direção: “... aquele bocado de gente era um perigo, né? Então, as providências foram tomadas”.

Nas memórias do Sr. Eleutério Tavares, do Sr. João Silva, de D. Maria de Maio, de D. Maria Lourença e de D. Marina Gurgel, há, em certos momentos, uma oscilação entre o viver na comunidade e a invasão policial em setembro de 1936. Lembranças sobre a abundância de alimentos contrastam com a fome ou a escassez depois da expulsão. A paz e a fraternidade entre os seguidores do Beato Lourenço entram no fluxo discursivo em contraponto ao desassossego do viver sob ameaça da perseguição. A dignidade de estar conforme os preceitos do “bom cristão” – em harmonia com os ensinamentos do Pe. Cícero – choca-se com a humilhação de ser taxado de fanático. A certeza de ter vivido “no caminho correto” entra em contradição com as acusações que colocaram essa experiência comunitária como uma manifestação criminosa ou quase teratológica.

Nas lembranças de D. Maria Lourença, a comunidade emerge como um espaço de preparação da alma para a conquista do infinito gozo celestial, por meio de orações e penitências. Era um tempo de bonança: “eu vivia tão feliz que eu nem lembrava que existia mundo lá fora” (Maria Lourença, 1990). O mundo lá fora era o mundo do pecado, das ambições, das vaidades e dos que desejavam a grandeza: “Ele (o Beato) falava das pessoa que quer ser grande. Quer ser grande, mas pra Deus não valia nada. Que o pé-de-pau quanto mais alto, mais a queda era grande” (Maria Lourença, 1990). Os que não seguiam os princípios de José Lourenço recebiam uma solicitação para deixar a comunidade: “O Beato quando via uma pessoa assim, sem ser muito direito, dizia que o Caldeirão não era lugar para gente assim” (João Silva).

Nessas lembranças, o Caldeirão configura-se como um “paraíso perdido”, ou talvez como um “purgatório perdido”, já que na religiosidade dos devotos do Pe. Cícero – como em várias outras experiências do cristianismo – o mundo deve ser uma passagem para o Céu, através de uma preparação penitencial, uma purgação da alma. Fica claro que, nas reminiscências, todos viviam como era para viver. Tudo indica que subjacente a isso reside a seguinte idéia: não mereciam a perseguição.

Como ressalta Keith Thomas, no seu estudo sobre “Crenças populares na Inglaterra dos séculos XVI e XVII”,

o mais notável acerca das explicações não-religiosas do infortúnio é que, em geral, elas compartilhavam com os teólogos o mesmo pressuposto ético de que o sofrimento era provavelmente devido à culpa moral de alguém, sendo o sofredor o culpado mais provável. (...) voltavam constantemente à suposição de que era pouco provável que os homens so-

fressem sem merecer. (...) Esse laço implícito entre infortúnio e a culpa era uma característica fundamental do ambiente mental do período.<sup>2</sup>

É plausível inferir que esse “laço implícito” também faz parte da experiência religiosa aqui vislumbrada. No imaginário dos devotos do Pe. Cícero, a felicidade é uma doação do merecimento. Os adeptos da boa conduta receberiam benefícios e os pecadores ganhariam estradas de infortúnio.

Nessa “lógica do merecimento”, o trágico fim do Caldeirão fica quase incompreensível ou quase inaceitável: “Eu num sei o que foi, de fazerem essa perseguição. Por que a gente num tava matando. Num tava roubando. Num tava desonrando. Num tava fazendo mal. Tava trabalhado e rezando. Aí, por isso fomos perseguido e sentenciado de morte” (Marina Gurgel, 1989). Como explicar? Como conviver com a lembrança de tão profunda injustiça? Às vezes, parece que só Deus pode dar uma resposta satisfatória: “Ninguém sabe. Quem sabe é Deus, né? Que o que eu tenho de dizer é isso. Tava lá cantando, rezando, tão feliz! (...) Sem ninguém precisar de ocupar, pedir. Porque tudo tinha. Nada faltava, tudo era comum. O que era de um era de todos, e tudo... E aí quando dava-se fé uma perseguição!” (Marina Gurgel, 1989).

Com efeito, vale ressaltar: a memória é uma operação de sujeitos historicamente situados, que se realiza na medida em que acontece uma (re)composição do passado sob direta influência de experiências do presente. As aspirações e expectativas do hoje orientam a visibilidade do ontem. Desse modo, o passado adquire uma certa coerência, uma certa aceitabilidade. Circunscrito em um determinado horizonte de possibilidades, que se (re)faz nas vivências cotidianas, o imaginário de quem está relembando cria – ou pelo menos tenta criar – um sentido coerente para o tempo pretérito. Nos fios urdidos do fluxo narrativo, o que passou faz sentido mediante uma certa sintonia com os preceitos de quem aciona os trabalhos da memória. Como ressalta Alistair Thomson, há uma “necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver.”<sup>3</sup>

Para os remanescentes da comunidade, a construção do passado aceitável guarda íntima relação com a temporalidade religiosa. Em todos os depoimentos, há o seguinte comentário: “Mas, meu Padrinho Cícero já dizia: o Caldeirão só dura 10 anos”. Assim, o que aconteceu faz parte dos mistérios de Deus. No final das contas, não há culpados,

---

2 Thomas, K. *Religião e o declínio da magia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 518.

3 Thomson, A. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias”. *Projeto História 15*, São Paulo, Educ, p. 57.

nem injustiçados. A destruição aparece como mais um episódio do destino, um fato que aconteceu “porque tinha que acontecer”. Nessa perspectiva, saber se o Pe. Cícero fez ou não a previsão configura-se como uma pergunta estéril. O fundamental é compreender que a palavra do padrinho Cícero ganha, na composição das lembranças, um poder mí(s)tico de primordial importância.

A “biografia popular” do Pe. Cícero, constituída de elementos do sobrenatural, não termina com sua morte, em 1934. Essa data apenas marca uma nova fase na vida do taumaturgo, que, temporariamente, deixa de morar em Juazeiro. Sua nova residência localiza-se no Paraíso Eterno, mas, com certa frequência, vem cumprir uma missão no mundo dos mortais, fazendo milagres ou dando previsões. Sua passagem pelo mundo dos pecadores é a manifestação histórica de um ser eterno com origem e destino que se perdem na nebulosidade do infinito. Como mostra o poeta João de Cristo Rei, no folheto *Nascimento do Padrinho Cícero e a troca misteriosa das crianças*, o padrinho do Sertão “veio habitar neste mundo / com a ordem do Eterno / para redimir os crimes / de todo povo moderno / e defender seus devotos / do castigo do inferno”.<sup>4</sup>

As “narrativas populares” que focalizam a vida do “Padrinho” seguem certos postulados que orientam a hagiografia católica. Conforme Michel de Certeau, na narrativa hagiográfica “a combinação dos atos, dos lugares e dos temas indica uma estrutura própria que se refere não essencialmente ‘àquilo que se passou’, como faz a história, mas ‘àquilo que é exemplar’”. Sempre existe uma “origem nobre”: “enquanto a biografia visa colocar uma evolução e, portanto, as diferenças, a hagiografia postula que tudo é dado na origem com uma ‘vocaçãõ’, como uma ‘eleição’ (...) O Santo é aquele que não perde nada do que recebeu”.<sup>5</sup> No imaginário dos devotos, a vida do Pe. Cícero é exemplar. Episódios que podem macular a vida do taumaturgo, como a sua direta participação na política dos coronéis ou Sedição de Juazeiro, não aparecem nas narrativas ou aparecem com um sentido que não compromete a hombridade de um santo.<sup>6</sup>

No testamento do Pe. Cícero, feito em 1923, o Caldeirão é doado para a Ordem dos Salesianos. O Beato e seus seguidores foram para o Caldeirão em 1926. Nesse ano,

---

4 Cf. Ramos, F. R. L. *João de Cristo Rei: o profeta de Juazeiro*. Fortaleza, Editora da Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 1994.

5 Certeau, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, pp. 266 e 273.

6 Cf. Ramos, F. R. L. “O Verbo Encantado: imagens do Pe. Cícero na Literatura de Cordel”. *Revista de Ciências Sociais (UFC)*, vol. 26, nº 12, Fortaleza, 1995.

o testamento já estava feito, e não foi modificado. Em 1934, quando o Pe. Cícero morreu, o Beato ficou sem a posse legal das terras. Tudo indica que o Pe. Cícero tinha total confiança no espírito de caridade cristã dos Salesianos. Mas essa previsão estava equivocada: em 1936, os padres salesianos começaram a reprimir o “fanatismo” do devoto que fazia romaria para Juazeiro e deram amplo incentivo para a operação militar que expulsou os camponeses do Caldeirão.

Mas, na memória dos devotos, a doação das terras e de muitos outros bens para os Salesianos não compromete a bondade nem o poder do Pe. Cícero. Como veremos a seguir, todos os depoentes criticam de modo incisivo a participação dos padres na destruição do Caldeirão, contudo, a questão da doação do Caldeirão para os Salesianos aparece como um fato que não atinge a imagem do Pe. Cícero. O Sr. Eleutério Tavares lembra que “O Caldeirão, com a morte do Pe. Cícero, era dos Salesianos, pelo testamento... aí eles resolveram tomar tudo”. Ao criticar essa doação para os Salesianos, recebi a seguinte resposta do Sr. Eleutério: “Olhe, tem coisa que você não entende e nem vai entender! O Pe. Cícero era um espírito de Luz. É preciso ter fé.”

### *Impulsos da denúncia*

Em Juazeiro, dois de novembro é mais que o dia dos finados. Nessa data, emerge uma temporalidade eivada de mistérios: é como se a vida ficasse em ritmo encantatório, arrebatando fronteiras entre o mundo e o Além. As ruas da cidade ficam cobertas de peregrinos cheios de fé para operar toda sorte de rituais e assim reforçar os laços com as forças do sagrado. É a maior romaria do ano. Depois da morte do Pe. Cícero, em 1934, os devotos escolheram o dia dos mortos como o momento preferido para visitar o seu túmulo e, desse modo, “pagar uma promessa” ou mostrar merecimento na realização de novos pedidos. Nessas experiências religiosas, reafirmam as relações com o santo padrinho e renovam a esperança em dias melhores.

Foi em um dia de finados que, pela primeira vez, falei com o Sr. Eleutério Tavares. Estávamos no “Cemitério do Socorro”, observando as três imagens sagradas que se encontravam na capela mortuária do Beato Lourenço, quando perguntei-lhe sobre como era a vida no Caldeirão. A resposta foi rápida e conclusiva: “relembrar o passado é sofrer duas vezes, e essa é uma história muito comprida. Agora eu estou apressado... Você me dá licença...”. Quase todos os dias, no final da tarde, o Sr. Eleutério ia abrir a porta da capela do Beato. Rezava e aproveitava a ocasião para assistir missa na Igreja

da Necrópole, onde o Pe. Cícero fora enterrado. Cuidava da pequena capela com um zelo impecável: era o lugar do último repouso de seu líder, um verdadeiro e raro exemplo de vida totalmente dedicada às coisas de Deus. No dia seguinte, voltei ao cemitério. Repeti a indagação e lhe revelei que admirava muito o Beato José Lourenço, garantindo que gostaria muito de ouvir as palavras de quem havia conhecido, de perto, o povo do Caldeirão. A resposta foi a mesma: “relembrar o passado é sofrer duas vezes...”. Contudo, para a minha surpresa, o Sr. Eleutério começou a falar:

Eu fui com o beato para o Caldeirão. Em agosto de 1926. Nesse tempo não tinha nada. Era só as mata fechada. Eu e o meu pai, Severino Tavares... Aquilo ficou a coisa mais bonita do mundo. Era tanta plantação! Ali ninguém passava fome. O beato dava as ordens e todo mundo trabalhava. Era muita terra, tudo plantada. Lá era tudo na ordem. Não tinha uma desordem. Tinha reza e penitência. Cada família recebia aquele tanto de comida. Em 36 a polícia foi lá e acabou com tudo... tudo... Ainda hoje eu não gosto nem de falar sobre isso...

Parece que, em alguns momentos, a “recusa da memória” torna-se intolerável. Há situações em que a dor do calar-se é maior que o sofrimento de operar as tramas da memória. Como ressalta Lucette Valensi, no seu estudo sobre as memórias da batalha de Alcacer Quibir, há momentos nos quais os que participaram de um evento traumatizante, como os sobreviventes do extermínio nazista, resolvem “exumar suas lembranças”.<sup>7</sup>

Tudo indica que a lembrança do Sr. Eleutério emergiu na medida em que a revolta contra os policiais ficou mais forte que o trauma. Sua voz rouca e cansada passou a tecer um discurso em forma de denúncia, não só contra o Governo e as “autoridades”, mas também se opondo aos padres da época que deram incentivo e apoio para a invasão da comunidade. Aos poucos, certos aspectos da destruição foram compondo imagens que aumentavam a dor e a perplexidade. A cena do quarto de oração, por exemplo, foi enfocada com uma significativa alteração no ritmo de sua narrativa, traduzindo seu profundo incômodo em face do inaceitável: “Você nem imagina. Você é muito novo para saber o que foi aquilo. Eu num gosto nem de falar. Você acredita que fizeram a maior sujeira, lá no quarto de oração do Beato!? Pois é... Fizeram, lá no quarto de oração, um aparelho sanitário. A polícia fez isso. Eu nunca consigo esquecer isso!”

---

7 Valensi, L. *As fábulas da memória*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1994, p. 27.

Ao assumir, em meados da década de 20, a condição de devoto do Pe. Cícero, sob direta influência de seu pai, o Sr. Eleutério começou a perceber que acreditar nos poderes de Juazeiro era ficar no risco de ser chamado de “fanático” e até mesmo ser perseguido como um perigoso cangaceiro. Por outro lado, seu emudecimento – manifestado não somente no primeiro encontro – pode ser visto como uma reação de quem se sentia dono de informações importantes e do direito de expô-las ou não. Havia uma tensão, de várias faces, entre o calar e o falar, (re)constituída sob a égide da repressão policial de 1937 e do medo de novas perseguições. Mas, em certos momentos, era preciso denunciar:

...acabaram com tudo. Criação de porco, só você vê. Criação de ovelha, de bode. Finalmente, tinha de tudo. Aquele armazém, feijão, milho e farinha, rapadura. De tudo, o senhor chegasse lá, tinha demais. E acabaram com tudo isso, viu? Sem haver indenização nenhuma!

Um pessoas meio assombradas ficaram morando no pé da serra da Conceição lá no engenho (...). A polícia foi daqui novamente. Lá, bateram em gente, fez gente engolir rosário na ponta das baioneta. Você pense bem um caso desse: rosário, sem tomar nem um copo d’água nas pontas das baioneta. Só num fizeram matar, mesmo (...).

Eu morava aqui em Juazeiro. Já era casado. Mas eu, toda vida, pela atenção aquele pessoal, eu carregava farinha da Serra do Araripe e fornecia a eles lá. Tinha essa farinha que eu trazia e o piqui. E aquele pessoal, todo mundo gostava do pessoal do beato, dava lá feijão, arroz. Tavam plantando, como eu tô lhe dizendo, e a polícia foi lá e fez isso. Acabaram com tudo. A própria polícia.

Aí foi quando a polícia foi novamente pela terceira vez. Meu pai nesse tempo não estava nem na primeira nem na segunda. Severino Tavares chegou aqui em Juazeiro. Passou 15 dias comigo aqui. Eu contei todo o passado a ele. Ele disse: “Eu quero entrar lá onde tá o pessoal!” Aí, eu aconselhei muito ele. Que num dava certo. Que sempre a polícia vivia perseguindo. De vez em quando... Ele disse: “eu quero ir pra lá agora”. E meu pai foi um pouco positivo quando disse: “se a polícia for lá nos perseguir novamente, seu pai não vive mais, mas também o perseguidor fica mais eu lá”. Quando eles foram lá pela terceira vez meu pai enfrentou eles. Você vê só as coisa como é. Lá não tinha uma arma de fogo. Foi somente de tora de pau. No momento lá morreram oito: quatro da polícia, inclusive o Cap. José Bezerra, e quatro do lado do meu pai, que estava com ele. E, aí a perseguição continuou. (Eleutério Tavares, 1989)

O Beato Severino Tavares morreu nesse conflito. Assim como outros homens e mulheres do Sertão, D. Marina Gurgel foi para a comunidade de José Lourenço em 1935 motivada pelos sermões do Beato Severino Tavares, que andava pelas veredas da caatinga falando sobre a vida cristã dos que moravam no Caldeirão e pregando os ensinamentos do Pe. Cícero em torno da necessidade de reza e penitência, pois o fim

do mundo estava próximo. O Beato Severino foi preso várias vezes: era acusado de ser louco e criminoso. O Sr. Eleutério, em um dos seus depoimentos, revelou que, mesmo com o passar dos anos, a lembrança do seu pai morto invadia sua mente quase todos os dias. Lembrava que encontrara Severino na Serra do Araripe, decapitado pelas “volantes”. Não conseguia esquecer que recebera do destino a difícil tarefa de abrir a cova do próprio pai, com a inevitável dor da perda, a indignação contra a polícia e o medo de, a qualquer momento, ser novamente preso e torturado. Não seguiu o piedoso costume de se colocar uma cruz sobre a sepultura. Temia que aquele sagrado repouso fosse violado pela polícia.

Em certa medida, essa tonalidade de denúncia está presente, também, nas lembranças de outros sertanejos que viveram no Caldeirão. O Sr. João Silva, por exemplo, sempre dizia: “Eu só falo o que eu sei. Mas ninguém fala mal do Beato perto de mim, porque eu sei que ele só fazia o bem. Era um homem de moral e que botava moral”. Nos seus vários depoimentos, costumava repetir: “Eu digo tudo mesmo... Eu conto o que eu vi e o que eu não vi o meu pai viu”.

Contudo, a relação do Sr. João Silva com suas reminiscências é bem menos traumática. Suas imagens sobre o lamentável fim do Caldeirão foram configuradas com base nos depoimentos de seu pai, que havia presenciado a truculência das operações policiais em setembro de 1936. Portanto, o Sr. João Silva não sofreu, de modo direto, a violência da invasão nem as perseguições na Serra do Araripe em 1937. Quando, em 1989, fui à sua casa pela primeira vez e lhe falei que estava fazendo uma pesquisa sobre o Caldeirão, logo mostrou ampla disponibilidade para contar histórias: “é só perguntar que eu respondo. Se eu souber... Você vai perguntando aí eu vou me lembrando. Aí fica mais fácil. Né? Porque é muita coisa”. Sua indignação assume características próprias. Nos nossos vários encontros, entre 1989 e 1992, sempre estava disposto para falar. O aforismo “relembrar o passado é sofrer duas vezes” não pode ser visto como um ponto fulcral em suas lembranças.

D. Maria de Maio, esposa do Sr. João Silva, tinha dez anos quando o Caldeirão foi invadido. Em suas memórias, há momentos nos quais ergue-se um discurso em tom de denúncia que procura explicar a invasão como um efeito da inveja:

Aí, tudo isso foi por causa da inveja. Ficaram com raiva porque ia fazer essa capela lá. O bispo do Crato, ele já morreu, partiu dele, porque ele tinha raiva, porque a gente já sabe que o bispo do Crato toda vida era de encontro ao meu padrim Cícero. Que até suspenso de ordem pra num celebrar missa, pra num batizar... O meu padrim foi suspenso pelo bispo do Crato. Esse terreno [Caldeirão] era do meu padrim Cícero, que mandou

fazer a capela lá. Aí o bispo tinha raiva, né? Agora, que era pra fazer a capela, pra eles mesmo [os padres] celebrar a missa lá. Mas, de certo eles queriam que fosse deles mesmo, né? (Maria de Maio, 1989)

Nessas palavras, é possível vislumbrar uma topografia que identifica o lugar do bem (o santo Pe. Cícero) e o lugar do mal (o bispo invejoso). Em outros depoimentos, também aparece essa divisão, de forte apelo mitológico. Conforme o Sr. Eleutério, “são esses padres os únicos perseguidores mesmo no duro”. O Sr. João Silva confessa: “se os padres concordassem com eles [do Caldeirão]... Você sabe, da união nasce a força e da ambição... Não dá, né? Lá sabe o que foi? Os padre Salesiano. Todo fuchico nasceu do bispo do Crato. Eu tenho essa mágoa de padre”. D. Marina assegura que “... tudo foi feito por inveja, por calúnia, histórias mal contadas. E não foi só de gatinha baixa, foi mesmo dos maiores. Até mesmo a Igreja perseguiu.”

Por outro lado, em todos os depoimentos, a religião católica permanece imaculada. Os padres e o Bispo que promoveram a perseguição são inseridos no campo da anormalidade. A Igreja é pura, mas sempre apareceu e sempre aparecerá o falso cristão infiltrado no meio católico. Desse modo, a experiência religiosa dos depoentes conserva-se digna e coerente. Afinal, todos se consideram “católicos praticantes”, em sintonia com “os ensinamentos que o padrinho Cícero deixou”. A denúncia não extrapola certos limites para que as operações da memória deixem as avaliações sobre o passado em certa consonância com a vivência do presente. Se algum dos remanescentes tivesse mudado de religião, ou tivesse, de alguma forma, passado por experiências questionadoras em face do catolicismo, a forma da denúncia certamente seria outra. Outros ângulos de onde partem os discursos da reminiscência dariam outras tonalidades para a reconstituição do passado.

Em uma racionalidade formal, a mencionada profecia do Pe. Cícero, “o Caldeirão só dura dez anos”, não daria margem para a revolta ou a denúncia. A truculência policial seria um fato dentro da normalidade, um momento do destino. Nesse *approach* sagrado, a destruição já estaria explicada. Entretanto, a memória está permeada de urdiduras que não se limitam a uma razão abstrata. Para os remanescentes, acreditar no destino e nas profecias do Pe. Cícero não elimina a denúncia. Desse modo, a destruição insere-se na normalidade e, ao mesmo tempo, revela-se como algo extraordinário e inaceitável. Por isso, a memória não pode ser vista como um esquema. O ordenamento dos acontecimentos não obedece a padrões esquemáticos. Como a própria experiência do viver, os trabalhos da memória não estão subordinados aos mecanismos da abstração formal.

Sobretudo nos depoimentos de D. Marina, de D. Maria de Maio e do Sr. João Silva, percebe-se que, apesar de tudo, a polícia não ocupa lugar central nas acusações. A decepção e a indignação são maiores quando os depoentes dizem que a Igreja estava diretamente envolvida na destruição da comunidade. Há uma certa normalidade nas imagens da violência policial. A truculência de qualquer homem de farda já era, em qualquer momento, esperada. É como se estivesse na própria “natureza do soldado”. O historiador Abelardo Montenegro chega a comentar que o sertanejo tinha mais medo das “volantes” que dos cangaceiros: o homem do cangaço “tinha mais moral”.<sup>8</sup> A Igreja promover uma perseguição não era novidade – o Pe. Cícero fora perseguido. Entretanto, era algo bem mais estranho que as arbitrariedades policiais. A “natureza de um padre” era a compreensão e não a violência.

### *Vozes da dignidade*

Os depoimentos de remanescentes do Caldeirão aqui enfocados constituem-se em múltiplas dimensões. Como já foi visto, em certos momentos, há uma trama de imagens que procura dar uma certa coerência para o desenrolar dos acontecimentos. A destruição, por exemplo, não é vislumbrada como um fato caótico, pois o Pe. Cícero já havia dito: “o Caldeirão só dura dez anos”. Em outras situações, as operações da memória desenvolvem-se sob o impulso da denúncia, fazendo emergir a incoerência, o injustificado e o inaceitável. Nesses impulsos, ressoa uma voz que, ao romper o silêncio imposto, identifica os agentes da maldade, criando uma topografia na qual os lugares do bem e do mal ficam visíveis. Por outro lado, há circunstâncias nas quais os testemunhos desse passado tentam mostrar que, apesar de tudo e antes de tudo, o Beato Lourenço e seus seguidores conservaram a dignidade cristã:

O beato era católico, apostólico, romano. Agora foi coisa mal entendida. Ninguém num sabe o que é nem que num é. Quem sabe é Deus. Mas, o beato mesmo, quando passou as perseguição, às vezes se a gente quisesse falar: aquele soldado fazer uma coisa dessa... O beato dizia: “sabe duma coisa, vocês num digam nada não, que os pobrezim num sabe nem o que faz...” Foi, ele dizia. Num queria que a gente falasse mal. Ele dizia: “Eles num sabe nem o que faz, isso fizeram e pronto, foi porque Deus consentiu e deixa passar”. Pronto, é, ele num queria vingança de nada. Quando nós chegamos no Caldeirão era uma riqueza extraordinária. Tinha ouro, louça boa de todo tipo. Tudo tinha e era muito. Mas

---

8 Montenegro. A. *Fanáticos e cangaceiros*. Fortaleza, Editora Enriqueta Galeno, 1973, p. 284.

com as perseguição foi tudo por terra. Muito gado... Acabaram com tudo. Foi ruim. Foi assim como uma seca. Aí acabaram com tudo, tudo, tudo. Tocaram fogo em cerca. Tocaram fogo em casa. Corria gente pra todo canto. Foi uma coisa mais medonha do mundo. (Marina Gurgel, 1990)

Assim, a perseguição foi quase uma provação. Nas palavras de D. Marina, o Beato aparece encarnado na imagem cristológica. Assim como Cristo, o Beato também anunciou: “eles não sabem o que fazem”. O respeito, mesmo diante da polícia, era a orientação: “Então, chegou um rapaz e disse: meu padrinho, o Caldeirão está cercado com 200 praça. Aí ele disse: ‘tá?’ Ele respondeu: ‘tá’. Aí ele foi e sentou. E disse: ‘Olhe, o que eu tinha de dizer, eu já disse, ensinei a todos, dei o bom conselho, saibam responder bem a polícia, respeitar...’”. A ordem era seguir uma diplomacia cristã, onde a violência não é enfrentada de modo violento. Além de rememorar a mensagem dos evangelhos, o Beato Lourenço estava propondo uma estratégia de preservação da vida. Afinal, a experiência vivida, não só pelos sertanejos, sabe que – em muitas situações – reagir contra a polícia significa suicídio quase gratuito.

Revelar dignidade é, também, rebater as acusações. É construir significados do passado nos quais há espaço para uma resposta, uma reação digna face ao agressor. Assim, essa “diplomacia cristã” pregada pelo Beato Lourenço e seguida pelos membros da comunidade não se traduz, nas memórias, como simples aceitação do outro. Essa passividade aceita negando, mostrando coerência e, de modo implícito, desqualificando as forças da repressão:

... os padres que já estavam certo que quando meu Padrinho Cícero falecesse, todos os terreno que era do Padre Cícero, que era da zona do Cariri, era para eles tomarem conta, aí aproveitara e começaram aquele fuxico. O bispo do Crato e outros padre aqui dos Salesiano. E, começaram aquele fuxico e até que aproveitaram essa oportunidade para fazer o ataque. Aí, pediram força de Fortaleza, aí vem o Capitão José Bezerra. Eu num tava não. Meu pai tava, que era Manoel Maria de Moraes, né? Eu sou de Patos. Mas eu tinha ido para casa da minha avó em Patos. Minha mãe tinha morrido nesse ano (no Caldeirão). Aí quando eu soube, meu pai tava desabrigado aqui no Juazeiro, que o Caldeirão tinha sido atacado, tinha sido atacado, tinha sido destruído e foi uma força de Fortaleza. O Capitão José Bezerra foi para lá, e acabaram tudo, acabaram tudo quanto ele tinha. Acabaram os cavalo de estribaria, correndo naquelas ladeira, os bicho morrendo queimado. Mataram muito mocó. Destruíram os pavão. Caçaram os papagaio, o pombal que tinha. E a criação, com licença da palavra, de porco e galinha, que tinha muito lá, lá tinha muito. Eu sou prova de que todo dia mesmo eles botavam uma saca de milho só para as galinhas, acabaram tudo, destruíram tudo. Aí, acontece que eu vim buscar meu pai, que estava desabrigado em Juazeiro. Isso aí eu não estou contando história que eu vi,

foi meu pai que me contou e meus irmãos. Maria de Maio mesmo contava a mim. E o pessoal que ficaram lá tudo contava também. Eu não assisti nada disso desse ataque. Só não assisti porque eu não tava. Eu vim buscar meu pai aqui, quando eu cheguei lá, aí meu pai contou tudo. Todo dia ele contava um acontecido. Ele contou até que o Capitão José Bezerra ofereceu cinco burro para ele trazer carregado de mantimento do jeito que ele quisesse. Ele agradeceu, sabia que meu padrim (José Lourenço) tava pro mato passando fome. “Aí, também eu não vou querer nada de você” – ele disse. (João Silva, 1989)

As memórias reatualizam o direito de tentar explicar o que foi mal-entendido. As operações da memória abrem mais espaço para uma auto-afirmação ou uma autovvalorização diante das acusações que giravam em torno dos devotos do Pe. Cícero. Desse modo, aparecem situações pretéritas nas quais a voz abafada rompe amarras e mostra-se viva:

Quando chegaram (os policiais) nessa casa, aí disse:

– Vou lhe dizer: houve denúncia lá de Fortaleza que essa casa era cheia da mantimento de bala, de revolver, de toda coisa.

– Pois ela tá cheia de algodão. Eu não abro porque eu não tenho a chave, mas essa aí tá cheia de algodão. Que o senhor aqui no Caldeirão, a arma que o senhor vai encontrar é foice, enxada e facão, que é de trabalho. Então, espingarda só tem uma, que o Beato tem uma espingarda, que ele gosta muito de caçar veado, somente.

Aí eles me levaram. O outro povo já tava tudo preso, lá no Caldeirão. Aí eles levaram prá lá e eu fiquei lá no meio daquela multidão. E eles lá. A conversa era essa mesma, né? Matar, vamo fazer, vamo acontecer. E perguntando coisa que ninguém nunca via. E perguntou, disse que contaram lá em Fortaleza, fizeram lá a denúncia que a gente se ajoelhava num pé de cavalo e que a gente tomava a bênção a ele. Eu digo:

– Não senhor, isso aí é menos verdade de quem contou isso aí. Quem levou essa perseguição prá lá. Sim, ele tem uns cavalo de raça bem tratado, bem zelado, porque o que é dele, ele gostava de tudo direito. Mas não para ninguém adorar... (Marina Gurgel, 1989)

Através dessas duas cenas (sobre a “casa de algodão” e o cavalo supostamente sagrado), D. Marina constrói sua defesa para se contrapor a dois predicados que, por muito tempo, foram usados para qualificar os devotos do Pe. Cícero: fanáticos e cangaceiros. Como outros depoentes, D. Marina faz sua explicação em forma de narrativa. Contando histórias, D. Marina encontra sua forma de operar uma trama de autodefinição. De certa maneira, pode-se afirmar que o discurso dos entrevistados desenvolve-se dentro de um sentido exemplar. A história é contada na medida em que traduz um princípio ou um aforismo. Ou seja: a narrativa focaliza um certo acontecimento que ganha significado porque dá um exemplo de determinada idéia. Para dizer que os membros da comunidade não eram fanáticos nem cangaceiros, D. Marina não constrói um discurso

explicativo e sim uma narrativa de sabor exemplar, procedimento recorrente na rememoração dos depoentes.

A vida não estava subordinada aos caprichos do invasor. Em face do desespero, a morte em rito sacrificial e redentor poderia ser o mais digno dos caminhos:

Eles davam voz de prisão. Fazia medo a gente. Mas, comigo mesmo eles não fizeram violência não... Vi quando uma moça se queimou, Maria. Maria Vieira era uma moça do Piauí, uma moçona bonita. Porque ela era como eu, num tinha pai nem mãe, num tinha ninguém. Eu tava assim em pé, quando ela chegou e disse assim:

– Marina, os soldados tão dizendo que toda moça que num tiver pai nem mãe aqui, eles vão carregar tudo pra Fortaleza, pra fazer o que quiserem! Marina o que é que a gente faz?

Eu digo:

– Maria nós vamo fazer o que Deus nos ensinar pra nós fazer.

Aí ela saiu. Eu vi quando ela saiu com a garrafa na mão. Eu nunca pensei que ela ia se queimar. Ela foi se queimar no pé do cruzeiro! Lá mesmo no pé do cruzeiro do cemitério, ela se ensopou de gás e tocou fogo com medo de ir simhora mais os soldado. Quando eu vi foi o fogão e o povo dizendo:

– Oh! Virgem Maria, tem uma pessoa se queimando.

Eu corri, quando eu cheguei lá, ela já tava toda queimada. Os soldado correram tudim, quando chegaram aí disseram:

– Olhe, essa moça se incendiou. Agora... Depois, com pouco mais vão dizer que foi nós que botemo gás e tocamos fogo na moça, mas vocês são testemunhas que foi ela com as mão dela.

Chegou um sargento e disse:

– Tá satisfeita?

– Tô sim senhor. Num tô no pé do Cruzeiro?

Aí ele respondeu:

– Tá.

– Pois pronto, tô satisfeita.

– Quer acabar de morrer?

– Quero.

– Você quer morrer de tiro ou de cacetada?

– Do que vocês quiserem me matar.

Mas eles num mataram não. Ela morreu mesmo da queimadura, porque queimou toda mesmo. Ela ainda tava falando, num sei porquê. Mas queimou! Tava queimada os óio tudo descendo sangue, toda sapecada, que a roupa pegou fogo. Tava só aquele horror! Ela dizia que tava satisfeita porque morria por Deus. Morria no pé da Cruz. (Marina Gurgel, 1989)

O diálogo de Maria Vieira com um sargento (note-se: não é um simples soldado) configura-se na lembrança de D. Marina como uma exposição de dignidade, de coragem e de autodeterminação diante de uma autoridade que apenas possuía poderes terrenos,

portanto nada representava para a Divina Providência. Assim, Maria não se matou e sim se fez um instrumento ritualístico da vontade de Deus. Maria fez o que Deus ensinou. Maria morreu ao pé da Cruz. Maria morreu por todos. Maria mostrou que estava viva, em nome de todos.

Não menos mitológico é o relato sobre a fundação desse cruzeiro diante do qual Maria morreu queimada:

Meu tio, sogro meu, véi com a barba branca, muito mais de que eu, ele foi em Juazeiro, que ele sempre conversava com meu Padrim Cícero. Quando chegou no Juazeiro, meu Padrinho Cícero fez uma pergunta:

– Olha seu Mariano, olha seu Mariano, seu Zacarias me fez uma coisa muito mal feita no Caldeirão.

Aí ele perguntou:

– E o que foi?

– Ele me derrubou um pé de árvore no Caldeirão, um pé de braúna, que morrero dois padre Jesuíta lá naquele tempo. Tá com 250 ano e foram santo. Ele derrubou essa braúna pra comer um aripuá em 1915, num podia derrubar de machado que o pau era muito grosso e ele também era um véi fraco...

Era umas mata mais esquisita do mundo. E, ele ajuntou muita madeira, tocou fogo, botou uma coivara no pé da braúna. Largou lenha até que o fogo invadiu... A braúna caiu. Aí meu Padrinho Cícero disse a esse véi meu sogro:

– Ele me fez uma coisa muito mal feita, que aquele pé de árvore foi lá onde morrero dois padre jesuíta, tá com 250 ano...

Lá no canto aonde era o pé de árvore dessa braúna, abriu... O fogo invadiu aqui, nessa raíz, pra acolá, seguindo essa praqui, seguiu essa praqui. Você dê por visto que era uma cruz mais bem feita do mundo, da obra da natureza, que o inverno nem acabava. Quando a gente chegava campeando em tempo de inverno, tava aquela cruz feita no chão por obra da natureza.

Hoje, tem aquele cruzeiro do cemitério lá no Caldeirão... Aquele cruzeiro ainda foi obra de Zé Lourenço, mandado pelo meu Padrim Cícero! Ele disse:

– Zé Lourenço você me faz um pilar lá adonde morrero uns padre jesuíta, tá com 250 ano. Queria que você indicasse se ainda acha algum mortal da braúna pra você colocar um cruzeiro... (Alípio Gomes, 1989)

Essa narrativa, bem conhecida pelos (sobre)viventes do Caldeirão, é mais um indício sobre a forte presença de uma “mística da cruz” que se faz presente de modo bastante intenso na experiência religiosa dos sertanejos. Nesses dois relatos envolvendo o cruzeiro do Caldeirão é possível perscrutar que o espaço para um “sagrado madeiro” não é “escolhido” aleatoriamente. A cruz constrói um “lugar do centro”.<sup>9</sup> Além de, em certo

---

9 Cf. Eliade, M. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

sentido, (re)atualizar o martírio de Cristo pela humanidade, a Cruz lembra que a vida é sofrimento, que a penitência purifica e prepara o caminho para o infinito gozo celestial. D. Marina, em um de seus depoimentos, anunciou que a comunidade era o “Caldeirão da Santa Cruz do Deserto”.

### *A igualdade e a diferença*

Em janeiro de 1998, o Sr. João Silva faleceu. Quase um mês depois, visitei D. Maria de Maio, que, seguindo as tradições da “religiosidade popular”, contou-me vários detalhes sobre os últimos dias do seu esposo. Em um ritmo quase mitológico, falou-me sobre as previsões do Sr. João Silva em torno de sua própria morte. Desse modo, D. Maria de Maio procurava arrefecer a dor que se expressava não só na sua roupa preta, mas em cada gesto e em cada olhar. Durante a longa conversa, disse-me várias vezes que se sentia com o dever de continuar a contar as histórias que o Sr. João Silva contava. A ênfase com que falava sobre sua vontade de fazer ecoar as histórias do Caldeirão assumia uma profunda expressividade. Isso é bem significativo pelo que nos permite refletir sobre sua relação com o ato de lembrar. Para D. Maria, assim como para o Sr. João, relembrar o injusto tempo das repressões e das proibições em contraste com os bons tempos do Caldeirão era uma forma de colocar o presente para “acertar contas” com o passado.

Durante as entrevistas entre 1989 e 1992, o Sr. João assumia, com recorrente ênfase, o papel de “porta-voz” da história, enquanto D. Maria ficava em uma situação secundária. Depois da morte do Sr. João, o significado do lembrar, para D. Maria, ficou dilatado. Em fevereiro de 1998, os rituais da memória operavam-se, também, em nome do companheiro falecido, com quem havia compartilhado a dignidade de ter vivido no Caldeirão. Agora, sua voz deveria fazer ressoar a voz emudecida do Sr. João, em liturgia agônica, sacrificial e redentora. Mais do que nunca, D. Maria precisava falar...

O encontro com D. Maria de Maio, em fevereiro de 1998, marcado por uma indelével emotividade, mostrou, de modo explícito e sutil, uma dimensão que, com formas e sentidos diferenciados, se constrói na fala de todos os depoentes: a temporalidade do presente mostra-se como um espaço no qual a voz sobre o tempo pretérito encarna um sentido missionário. A relação dos remanescentes entrevistados com o pesquisador (ou

o repórter), desde finais dos anos 80, estava deixando de representar um perigo. O outro já não era mais um carrasco e sim um curioso, pelo menos aparentemente pronto para escutar. Com isso, a voz vai se transformando em missão, em direito e dever de se apresentar diante do outro, expondo explicações que não eliminam o exercício da perplexidade, denunciando injustiças inaceitáveis sem perder a fé na proteção Pe. Cícero e, antes de tudo, mostrando dignidade. Em uma alquimia enigmática e catártica, a palavra dirigida ao outro acaba, também, deparando-se com um espelho. Desse modo, há um investimento de imagens que reafirmam, para o próprio depoente, seu valor como devoto do Pe. Cícero, contrapondo-se ao discurso dos detratores. Mais que exercícios de auto-afirmação individual, as operações da memória são urdiduras que, dentro de uma axiologia historicamente enraizada, procuram exorcizar a difamação dos que chamaram os devotos de fanáticos.

Certa vez, em um de seus depoimentos em 1990, D. Marina disse-me:

hoje tá é bom... vem gente aqui querendo saber dessas coisa que passou. Um dia veio até um professor duma escola e aí eu fui lá falar sobre o Beato. Você vê como é as coisa: antigamente a gente foi perseguido e hoje é todo mundo querendo que a gente fale. Mas eu num acho ruim não. É até bom... as pessoas estão mais esclarecida...

Parece que é em 1986, com a primeira exibição do documentário *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, do cineasta Rosemberg Cariri, que há o maior reforço de um movimento para “resgatar a história do povo oprimido” e ao mesmo tempo denunciar o crime da invasão. Nessa película, há depoimentos dos comandantes da operação militar – Gal. Cordeiro Neto e Gal. Góes de Campos Barros – e os testemunhos de D. Marina, do Sr. João Silva, de D. Maria de Maio e do Sr. Henrique Ferreira, que na época era o zelador do túmulo do Beato José Lourenço. Sem dúvida, esse “resgate” nutriu um certo sentimento de autovalorização no espírito desses sertanejos que viveram no Caldeirão. Além disso, a publicação de um livro, em 1991, reunindo parte dos depoimentos que eu havia colhido em 1989 e 1990, pode ter realimentado esse sentimento.<sup>10</sup>

---

10 Ramos, F. R. L. *Caldeirão: um estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e suas comunidades*. Fortaleza, Editora da Universidade Estadual do Ceará, 1991.

É plausível supor que o movimento de pesquisadores em torno dos remanescentes influenciou na configuração das lembranças. Por exemplo: parece que a idéia de igualdade entre os membros do Caldeirão é, em certo sentido, mais acentuada nos depoimentos para satisfazer os ouvidos do entrevistador. Não se pode excluir essa possibilidade: em certas ocasiões, o entrevistado fala em função do que é desejado ouvir pelo entrevistador – é dito o que é bem recebido. Além disso, a forma pela qual as perguntas são elaboradas sempre direcionam, com maior ou menor intensidade, a constituição das respostas. O depoimento que colhi dos remanescentes que participaram do documentário dá mais ênfase no aspecto igualitário do Caldeirão, bem como esboça com mais nitidez uma crítica ao Governo.

Por outro lado, fica uma certa incompreensão diante desses curiosos que o pensar acadêmico chama de pesquisadores:

O que é isso? Eu num sei... Você vem aqui e faz as perguntas e a gente começa a lembrar. Veio aqui um professor e me levou numa sala cheia de foto do Beato que eu nem conhecia. Chega jornalista e pergunta. É bom, é um povo educado. Às vezes eu penso que essas entrevista é um meio de vida... Eu num sei... (Marina Gurgel, 1990).

O Sr. João Silva disse que havia ficado satisfeito com o documentário, mas não concordava com tudo: “Gostei, gostei muito. Mas eu não entendi aquela história de dizer que a gente era comunista. Eu acho que a gente num era comunista não”. Por outro lado, o Sr. Eleutério, certa ocasião, disse: “tem coisa que nem adianta eu explicar. Não adianta. Eu entendo porque eu tenho a crença e a fé. O Padre Cícero era um espírito de luz!” Logo depois, explicou o seguinte: “Esses livro que escrevem, eu nem olho. Tudo é mentira... Agora, eu sei! A gente vê as histórias do Pe. Cícero nos livro. Eu que conheço e pego um livro. E vejo: tem umas parte até mais ou menos, mas logo vem uma mentira”.

Essas observações do Sr. João Silva, de D. Marina e do Sr. Eleutério foram provocadas por perguntas que fiz sobre “as pessoas que fazem pesquisa”. Procurava, depois dos primeiros encontros em 1989, alimentar uma situação dialógica. Nos territórios da História Oral, trabalhar com entrevistas como uma relação entre pesquisador e pesquisado não é um caminho de boa fertilidade. Parece que o diálogo é a melhor palavra que pode entrever as várias complexidades envolvidas no trabalho do historiador com

as fontes orais. Diálogo no qual as posições de ser observado e ser observador, de falar e de escutar, confundem-se. Diálogo do qual nasce um relacionamento calcado na igualdade e na diferença.<sup>11</sup> Quando o chamado “depoente” se vê em uma situação de maior confiança (de maior liberdade), quando o dito “pesquisador” procura enxergar o outro em sua alteridade, abre-se um espaço para a situação dialógica ficar mais explícita.<sup>12</sup> Desse modo, abre-se um campo de possibilidades mais significativo para as operações interpretativas.

A memória, portanto, é uma (re)constituição sempre envolvida nas vicissitudes que marcam a tessitura das temporalidades. Os fatos expostos pelos depoentes são complexas composições do imaginário que se faz nas experiências sociais.<sup>13</sup> Cabe ao historiador rastrear não o passado que é relatado, mas sim esmiuçar as formas pelas quais o jogo de linguagens das lembranças ergue significados na medida em que o tempo pretérito é recomposto sob direta relação com o tempo presente. Por outro lado, o trabalho do historiador revela-se mais profundo quando aguça suas possibilidades interpretativas sempre colocando-se como um pesquisador inserido em sua própria contemporaneidade.

- 
- 11 Alessandro Portelli lembra que “somente a igualdade nos prepara para aceitar a diferença em outros termos que hierarquia e subordinação; de outro lado, sem diferença não há igualdade – apenas semelhança, que é um ideal muito menos proveitoso. Somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante. O campo de trabalho é significativo como o encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos, e conseqüentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos”. Portelli, Alessandro. “Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade”. *Projeto História 14*, São Paulo, Educ., p. 23.
  - 12 Vale a pena lembrar as férteis provocações de Paulo Freire no seu trabalho *Pedagogia do oprimido*: “a fé nos homens é um dado *a priori* do diálogo. Por isto, existe antes mesmo de que ele se instale. O homem dialógico tem fé nos homens antes de encontrar-se frente a frente com eles. Esta, contudo, não é uma ingênua fé”. Apud Teodoro, L de. “Apresentação”. In: Ramos, F. R. L. *Caldeirão: um estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e suas comunidades*. Fortaleza, Editora da Universidade Estadual do Ceará, 1991, p. 5.
  - 13 Alessandro Portelli adverte que “as representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como *história* dos fatos reconstituídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações.” Portelli, A. “O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: Ferreira, M. de M. e Amado, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p.111.

Desse modo, um desafio primordial para a compreensão crítica da história é o sempre inconcluso diálogo com os testemunhos através da “linha do horizonte”, situação que nos induz a um constante questionamento do passado mediante o nosso pertencimento ao presente.<sup>14</sup>

---

14 Referindo-se ao livro de Nicolau Sevcenko *Orfeu Extático na Metrópole*, Maria Odila Dias ressalta que “esse diálogo pressupõe pontes de comunicação entre o escritor e seus testemunhos, que provêm de problemas e dúvidas colocadas pelo historiador a partir de sua inserção no mundo atual. Esse ponto de encontro e de fusão de experiências de vida de épocas bem diferenciadas depende das possibilidades do historiador de trabalhar essa linha do horizonte entre o presente e o passado. Georg Gadamer procurou retratar o aspecto dialógico da interpretação através da metáfora da linha do horizonte, onde os problemas apresentados pelo historiador, a partir de um ponto preciso de inserção no mundo contemporâneo, na medida em que haja um ponto de fusão ou de interseção destas indagações, possibilitam o diálogo com testemunhos do passado.” Dias, M. O. L. da S. “Prefácio: Hermenêutica e Narrativa”. In: Sevcenko, N. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.